

concentrada en el Plan Vida, una política social alimentaria orientada a las madres con hijos menores de seis años. La distribución estaba a cargo de las "trabajadoras vecinales", más conocidas como manzaneras, que repartían diariamente el alimento entre otras vecinas del barrio. Por definición eran mujeres que trabajaban voluntariamente sin retribución salarial alguna, su retribución principal era el prestigio social – por oposición al político (MASSON, 2004).

MOBILIZAÇÕES DE BAIRRO,
REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA
E TRAJETÓRIAS PESSOAIS

Nos anos 1980 e 1990, o município de Angra dos Reis (RJ) foi palco da emergência de um número expressivo de associações de moradores. Com base nessa experiência, este artigo analisa como se efetua o engajamento de segmentos populares na discussão e em ações concernentes a questões percebidas como públicas. Procura lançar luz sobre como a participação em discussões sobre questões tidas como públicas passa a fazer sentido para estas pessoas. De outro modo, como se desenvolve o gosto pela política e o envolvimento em questões de interesse comum, o que implica, por exemplo, a apreensão de novas categorias de pensamento e esquemas interpretativos. Procura demonstrar, enfim, como a inserção nessa modalidade de ação coletiva, em virtude das relações sociais e competências técnicas e políticas acumuladas, abre possibilidades para trajetórias pessoais distintas, tais como o exercício de funções nos poderes legislativo e executivo.

Palavras-chave: associações de bairro; modos de engajamento; trajetórias pessoais.

* Professor do PPGA/UFF, pesquisador do CNPq.

Este artigo analisa a relação de moradores de bairros populares de um município do estado do Rio de Janeiro com a política nos anos 1980 e 1990, mais especificamente suas ações no que concerne à participação na discussão de questões e à implementação de medidas tidas como públicas. Propõe explicar de que modo a formação de um espaço de mobilização coletiva, ao tornar-se objeto de reconhecimento público, cria simultaneamente novas possibilidades em termos de inserções sociais, sobretudo nos universos político e administrativo, para pessoas que integram essa forma de mobilização. De outro modo, procura refletir sobre as condições que permitem que os moradores tomem a palavra (DETIENNE, 2003). A situação aqui descrita contrasta, neste aspecto, com a dos filhos de imigrantes de bairros populares das periferias francesas marcada pela invisibilidade política (MACLET, 2006). Ao abordar o processo que permite a existência desse espaço coletivo, interessa-me examinar a maneira como se efetua, no contexto considerado, o ingresso de segmentos populares em discussões de caráter público, levando em conta os recursos sociais acionados para a mobilização dos moradores e os significados dessa forma de engajamento sobre trajetórias individuais.

A pesquisa na qual se baseia este trabalho teve lugar no município de Angra dos Reis, localizado na região da Costa Verde e distante 150km da cidade do Rio de Janeiro.¹ Entre os anos 2000 e 2002, foram efetuadas visitas regulares ao município, com estadias que duraram de dois a 15 dias. Acompanhamento de eventos políticos e administrativos (passeatas, comícios, eleições de associações de moradores e reuniões de conselhos municipais), notícias da imprensa local, publicações oficiais da administração municipal, conselhos e associações de moradores, entrevistas e conversas informais com políticos, autoridades governamentais e lideranças populares, constituem o material examinado.

O envolvimento de moradores de bairros populares nas discussões públicas no período aqui considerado efetua-se especialmente por intermédio de associações de moradores organizadas, a partir de locais de moradia, em torno de demandas relacionadas à regulamentação da posse da terra e à melhoria nas condições de vida. A primeira associação de moradores foi fundada em 1981. Em 1983, já havia sete associações de moradores e, em 2002, o Conselho Municipal de Angra dos Reis (COMAM) registra o número de 77 associações filiadas à entidade. Espécie de federação municipal das associações de moradores, o COMAM foi criado em 1983 com o propósito, entre outros, de “debater e traçar diretrizes de lutas que unifiquem os movimentos populares” (Estatuto do COMAM). O conjunto de propostas e ações dirigidas, por um lado, para a organização dos moradores de bairros populares e, por outro, para a administração, constituem o que no município ficou conhecido como “o movimento” (uma abreviação da noção de

movimento popular). Este torna-se um espaço no qual são discutidas e deliberadas questões comuns, um lugar da política, nos termos de Detienne (2003).

Por razões que este texto procurará esclarecer adiante, entre meados dos anos 1980 e 1990, o “movimento”, representado sobretudo pelo COMAM, ocupa um lugar político importante no município. O reconhecimento do “movimento” como interlocutor político e, por conseguinte, dos militantes de bairro que falam em seu nome, é acompanhado do reconhecimento das reivindicações e propostas efetuadas pelas lideranças das associações de moradores como expressão de interesses populares. De outro modo, a constituição de um espaço coletivo de organização dos interesses dos moradores se faz simultaneamente à construção do popular como categoria política.³

ANOS 1980: UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA

O entendimento sobre a ascensão dos interesses dos moradores dos bairros populares à cena pública não pode ser dissociado de dois processos presentes no município no período considerado. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos na região cujos reflexos se fazem sentir particularmente no mercado de terras e na ocupação territorial. O segundo, refere-se à renovação da vida política no município com a retomada das eleições livres para prefeito, a reorganização partidária e a organização dos movimentos sociais.

A configuração recente dos interesses econômicos no município define-se sobretudo a partir dos anos 1960 com a implantação em seu território de quatro grandes empreendimentos: a instalação do Estaleiro Verolme (1959), a construção do trecho da Rodovia BR 101 ligando os municípios do Rio de Janeiro e Santos (1970), o Terminal Petrolífero da Petrobrás (1974) e as Usinas Nucleares de Angra I e II (1972). A facilidade de acesso à região estimula também a expansão turística que se caracteriza especialmente pela concentração nas áreas litorâneas e a construção de hotéis de luxo, *resorts* e condomínios fechados. A atração exercida pelos novos postos de trabalho, mesmo que temporários, propiciam um rápido crescimento populacional que pode ser observado pelo Censo Demográfico do IBGE: 1940 (18.583), 1950 (20.929), 1960 (28.773), 1970 (40.276), 1980 (57.861), 1991 (85.571), 1996 (92.532) e 2000 (119.180) (Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro de 2001). A ocupação de novas localidades do município e a valorização das áreas territoriais desencadeiam uma série de conflitos entre posseiros, pescadores representantes de interesses imobiliários e hoteleiros. Dados da Federação de Trabalhadores da Agricultura (FETAG) registram que na década de

Durante o conflito, N. S. também estabeleceu relações com ao menos duas outras entidades de grande importância no processo de organização e nos embates jurídicos. A Fase, com sede no Rio de Janeiro, participou das primeiras reuniões. Numa visita à Ilha Grande acompanhando o prefeito em exercício, N. S. conheceu Jó Resende, presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), entidade que possuía grande visibilidade em função da organização da atuação das associações de moradores no estado. Além do apoio na organização, a atuação dos assessores jurídicos dessas entidades em Angra, no Rio de Janeiro e em Brasília, contribuiu para assegurar a vitória jurídica dos moradores.

Paralelamente às disputas jurídicas e ao apoio de vereadores, os moradores agem a fim de dar à área habitada o perfil de um bairro: são definidos nomes de ruas, realizadas demandas de fornecimento de água, saneamento, iluminação, cultivadas áreas que haviam sido destruídas etc. À frente de tais ações encontra-se a Associação de Moradores da Japuiba e Adjacências (AMJA). Segundo N. S., a idéia de criação da associação de moradores foi apresentada em diferentes ocasiões por membros da Fase e CPT, até que, finalmente, a proposta foi acolhida e N. S. tornou-se seu primeiro presidente. A associação de moradores, como forma de organização da população para o encaminhamento de soluções de questões relacionadas especialmente às condições de moradia, acaba prevalecendo nos anos seguintes no município.⁴ Por meio de diferentes canais (conversas, intervenções nas missas e cultos, imprensa etc.) a experiência da Japuiba foi difundida. A organização dos moradores passou a ser exaltada como um valor, uma forma de se assegurar a permanência nos locais de moradia e a conquista de melhores condições de vida. A criação das associações inscreve-se, por sua vez, num contexto mais amplo de valorização da ação direta da população na resolução de seus problemas (resumida na fórmula o “povo como sujeito”), proposta que conta diretamente com a promoção de setores da Igreja Católica e ONGs (como a FASE) com atuação junto aos “movimentos populares” (cf. DOIMO, 1995).

○ POPULAR COMO ESPAÇO DE PODER

A ascensão de lideranças e demandas próprias dos bairros populares à cena pública deve-se, em grande medida, às iniciativas desencadeadas pelas associações de bairro e pelo COMAM. A importância que, do ponto de vista de seus membros, adquire a entidade como espaço de poder na configuração política local, foi destacada por um de seus idealizadores, N. S., ao informar-me que “o COMAM era o grande fórum, tudo que acontecia na cidade ia para lá”. O reconhecimento do COMAM pelo poder público é mencionado por M. C. A., ex-diretora da entidade e ex-secretária de dois governos petistas: “Os governos têm respeito pelo movimento. Às vezes o movimento é que não sabe a força que ele tem,

mas ele é respeitado”. Outras evidências que demonstram tal fato foram: o comparecimento dos candidatos a prefeito ao debate em praça pública promovido pela entidade em 1985; a vitória de candidatos a prefeito apoiados pelo “movimento”, a participação ativa na elaboração do Plano Diretor do Município; a incorporação pela administração municipal de propostas encaminhadas pelo COMAM (como o Conselho de Usuários de Transporte); a expansão das associações de moradores, o deslocamento de membros do “movimento” para a administração municipal e a eleição, em 1992, de seis vereadores a ele ligados. Tais representantes tornam-se, ao lado de porta-vozes de outras entidades, interlocutores importantes dos governos municipais. Tanto que outros afiliados foram indicados para ocupar cargos administrativos e integrar comissões e conselhos municipais responsáveis pela discussão de políticas públicas no município.

Em 1983, com representantes das sete associações de bairro que se encontram em atividade, foram realizadas reuniões que resultaram na fundação do COMAM. A preocupação com o encaminhamento de questões comuns aos bairros (saneamento, transporte, água, regularização da terra, abertura de ruas, eletricidade etc.) é uma das motivações para o empreendimento. Outra preocupação, mencionada por M. C. A., presente às reuniões, era evitar que as associações se tornassem um instrumento de controle do Executivo Municipal. O prefeito, nomeado pelo governo militar em 1983 para exercer um mandato de transição (1983-1985), declarou publicamente sua intenção de atender somente as reivindicações encaminhadas pelas associações de moradores. Assiste-se nos anos que se seguem um crescimento vertiginoso das associações: entre 1984 e 1986, filiam-se ao COMAM 16 novas associações; entre 1987 e 1989, filiam-se 17.⁵

As pessoas envolvidas na fundação do COMAM tinham acumulado nos anos recentes conhecimentos a respeito da mobilização política e redes de contatos com instituições sediadas no município e fora dele. Tais conhecimentos e contatos, estabelecidos a partir dos conflitos pela regularização da posse da terra e inserções decorrentes do clima de retomada da vida político-partidária, são mobilizados em diferentes ocasiões e constituem uma referência para algumas das iniciativas implementadas pela entidade. A idéia de que as associações poderiam ser organizadas por meio de um conselho municipal que as congregasse teve como origem uma informação, apresentada em uma das reuniões, de que uma experiência semelhante estava sendo implementada no município de Niterói (RJ).⁶ A elaboração do estatuto do COMAM, por sua vez, inspirou-se primordialmente no estatuto da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro).

Os três membros da comissão encarregada da elaboração do estatuto do COMAM participam de algum modo da mobilização dos moradores na Fazenda Japuiba. Algumas informações sobre suas origens sociais e inserções institucionais contribuem para se ter um quadro mais completo da composição social das lideranças do "movimento" e dos laços institucionais mobilizados na ocasião e durante um período de atuação da entidade. E. A., nascido em 1939, mudou-se para Angra dos Reis em 1958. Trabalhava, inicialmente, como joalheiro e, posteriormente, no Estaleiro Verolme. Mudou-se para a Japuiba em 1979 e participou da fundação da AMJA (da qual tornou-se o terceiro presidente). Foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no município. Foi eleito presidente do COMAM (1986-1988) e administrador regional da Japuiba (1989). J. M. C., nasceu no município de Angra dos Reis, lugar em que seus pais viviam como trabalhadores rurais. Tornou-se membro da CPT e da Sociedade Angrense de Proteção Ambiental (SAPE), entidade criada em 1983, cuja bandeira principal era a defesa do meio ambiente.⁷ É um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no município. Elegeu-se vice-prefeito (1993-1996) e prefeito (1997-2000). M. C. A., nasceu no município em 1960. Integrou a Pastoral da Juventude e participou da fundação do PT e da primeira diretoria como vice-presidente (1981). Foi eleita presidente do COMAM (1988-1990).

Com a fundação do COMAM foram postas em prática várias iniciativas (reuniões, encontros, congressos, cursos, seminários) com a finalidade de promover e expandir a organização das associações. A análise de tais iniciativas, sua estrutura e o conteúdo das discussões remete às estratégias utilizadas pela entidade para orientar as associações, às dificuldades enfrentadas, às concepções sobre o poder público e a política e à definição da agenda de questões de interesse do "movimento". Tais iniciativas resultam, em grande medida, das experiências e informações acumuladas pelos integrantes do COMAM em função de suas inserções e vínculos institucionais diferenciados (religioso, político, sindical etc.).

SOBRE O TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO

A análise do trabalho realizado pelo COMAM para incrementar a mobilização das associações de moradores e organizar suas ações junto ao poder público permite lançar uma luz sobre, por um lado, as estratégias utilizadas na conformação do "movimento" como espaço coletivo de deliberação a respeito de questões comuns e, por outro, a transmissão de visões sobre esta modalidade de engajamento "comunitário" e suas relações com o poder público. As linhas gerais desse trabalho são discutidas em diferentes modalidades de reuniões que passam a ser promovidas pela entidade. Restrinjo-me aqui às reuniões mais amplas (encontros e congressos municipais) uma vez que nelas são efetuadas avaliações a

respeito dos desdobramentos do "movimento", o poder público além de se definir diretrizes para atuação.

As entidades aptas a participar dessas reuniões e as instâncias decisórias do COMAM, entre outros aspectos, estão definidas em seu Estatuto. Assim, são membros efetivos do COMAM as associações filiadas, representadas por três delegados fixos com mandatos de dois anos. Estes têm direito a voz e voto nas reuniões mensais ordinárias e na Assembléia Geral, que é composta pela totalidade dos delegados e constitui o órgão supremo e soberano. À Assembléia está subordinada a Coordenação Geral. A eleição para a Coordenação, que corresponde ao órgão executivo da entidade, ocorria a cada dois anos numa reunião ordinária da Assembléia Geral. Em 1986 foi substituída por uma Diretoria composta por nove delegados e um presidente. A partir de 1987, a eleição da Diretoria, e a partir de 1994 novamente da Coordenação, passou a ser realizada durante o Congresso Municipal do COMAM, que se tornou o órgão de decisão máxima da entidade ao qual se subordina a Assembléia Geral, que, ao menos formalmente, passou a deliberar a partir das diretrizes traçadas e aprovadas no Congresso Municipal.

Além das reuniões mensais ordinárias, reuniões de avaliação dos mandatos e temáticas (com candidatos a prefeito, sobre o transporte coletivo, conselhos municipais, preparatórias para participação em eventos etc.), o COMAM promovia, a partir de 1985 reuniões bianuais com as associações de moradores. Em maio de 1985, ocorreu o I Encontro Municipal das Associações de Moradores. O II Encontro Municipal das Associações de Moradores de Angra dos Reis foi realizado em janeiro de 1987. A partir daí, passaram a ser realizados os Congressos, que, com maior visibilidade, mobilizaram diferentes segmentos do município (comércio, sindicatos etc.) e contaram em sua abertura e encerramento, com a presença de autoridades governamentais (como prefeitos e vereadores). A pauta de discussões dos Congressos foi indicada pelos temas que acompanham sua convocatória. O I Congresso foi realizado em dezembro de 1987 e propôs-se a discutir a questão do "Movimento popular e suas finalidades". Nele compareceram 21 associações e 70 delegados. O II Congresso ocorreu em junho de 1990, com o título: "Movimento popular, rever e organizar para conquistar". Contou também com a participação de 21 associações (das 32 habilitadas). O III Congresso ocorreu no mês de junho de 1992 e propôs como tema de discussão "A caminho da consolidação do poder comunitário". Participaram dos debates os representantes de 25 associações (das 32 habilitadas). O IV Congresso, a cuja chamada não tive acesso, foi realizado em junho de 1994. Compareceram 122

delegados de 42 associações. O V Congresso ocorreu também em junho de 1996, sob o tema: "Conselhos Populares: qual o tipo de organização e participação que queremos". O mesmo tema voltou a ser discutido no VI Congresso em novembro de 1998. As chamadas são indicativas de algumas das questões centrais enfrentadas pelo "movimento" ao longo desse período: a difusão da idéia do que seja o "movimento popular", sua organização e fortalecimento e a definição (num contexto de expansão dos conselhos municipais) do que sejam os conselhos populares e sua relação com o poder público. Os registros dos debates ocorridos nessas reuniões apresentam um panorama amplo das idéias em circulação nesse espaço e das categorias de entendimento transmitidas e utilizadas na interpretação das experiências vividas pelos membros das associações.

O modo como foram realizados os debates e como se chegaram às deliberações nos encontros e congressos remete às condições estabelecidas para se reunir e confrontar os diferentes pontos de vista dos delegados e definir as questões e visões que são publicamente assumidas como do "movimento". De modo geral, a dinâmica dessas reuniões obedecia a dois momentos principais: as discussões nos grupos de trabalho e nas plenárias, nas quais se reúnem todos os participantes. Os delegados e demais presentes eram divididos em grupos aos quais se propunham temas para debate. A contribuição dos presentes às discussões era desigual. Em geral, as pessoas mais familiarizadas com esse tipo de evento expunham seus pontos de vista mais regularmente e, por conseguinte, estabelecia as propostas, apresentadas como pertencentes ao grupo. Os resultados das discussões efetuadas pelos diferentes grupos, sistematizados pelos relatores, num segundo momento, encaminhados para a plenária na qual eram novamente debatidos e, após nova sistematização por um relator geral, são votados. As propostas aprovadas passavam a constar como resoluções do Encontro ou Congresso e tornavam-se diretrizes de ação da entidade.

A ampliação da participação dos moradores nas ações das associações e a incorporação pelo poder público das demandas apresentadas pelo "movimento" eram preocupações que, ao lado de outras, estavam presentes nas várias reuniões sob a forma de avaliações e propostas. Restrinjo-me aqui a essas duas, já que permitem que se tenha indicações sobre os recursos imaginados e implementados para a consolidação desse espaço coletivo e as formas de interação com a administração municipal.

O I e o II Encontro das Associações de Moradores 1985 e 1987, que contaram com a participação de um representante da FASE em sua preparação, foram organizado a partir da idéia de se promover uma avaliação do movimento e

buscar "formas" para seu fortalecimento. A avaliação dos dirigentes do COMAM demonstra a falta de "participação efetiva da população" nas "lutas" encaminhadas pela entidade. Desse modo, incorporar um número maior de moradores nas atividades das associações e assegurar a mobilização de seus membros em torno das questões encaminhadas pelo conjunto das associações (como transporte, água, regularização fundiária, etc.) eram preocupações que demandavam esforços permanentes, uma vez que deles dependiam a continuidade e o reconhecimento do "movimento".

Causas e sugestões para solucionar estes limites estão discutidos cuidadosamente no item "organização interna das associações de moradores".⁸ No debate ressalta-se, inicialmente, a "fraca participação e mobilização" dos moradores, situação que é contrastada com a motivação encontrada quando eram realizadas festas ou quando os moradores enfrentavam uma ameaça específica. A atuação da diretoria das associações e sua relação com a população passam, então, a ser examinadas. Na discussão dos grupos prevalece a idéia de que os moradores delegam à diretoria o poder para resolução de seus problemas e que o movimento das associações restringe-se às diretorias. São apresentadas, desse modo, várias propostas: estabelecer uma "boa comunicação" entre diretoria e moradores por meio de folhetos nos quais constem informações sobre as associações de moradores, os direitos e deveres dos moradores; divulgar os "programas de lutas" e formas de inserção nas associações; tornar conhecidos os trabalhos realizados pela associação; e manter os moradores informados sobre o que estava sendo feito e as dificuldades encontradas. A descentralização do trabalho com a criação de comissões, núcleos e conselhos foi considerada uma forma de distribuir responsabilidades entre os moradores e descentralizar o poder da diretoria. A promoção pela associação de festas e atividades de lazer e esporte e a articulação com entidades como igrejas e clubes foram mencionadas como um meio de expandir a atuação no bairro. No que concerne à atuação do COMAM, propôs-se uma maior articulação da entidade com as associações mediante a intensificação de "assessoria", "assistência jurídica para as comunidades" e "cursos de liderança".

No que diz respeito à organização da atuação das associações filiadas ao COMAM, após alguns anos, durante a realização do IV Congresso (1994), o diagnóstico da "desmobilização" deu lugar ao do "esvaziamento" do "movimento". Se no primeiro caso estava em jogo especialmente a relação da diretoria das associações com os moradores, no segundo, a avaliação remeteu à relação das diretorias com o poder público municipal. As condições em que atuava o "movimento" haviam-se modificado em pelo menos dois aspectos: a ascensão do PT ao poder municipal com uma proposta pautada numa maior participação da população na gestão pública e, simultaneamente, um maior reconhecimento do

“movimento”, representado pelas associações e pelo COMAM, como interlocutor. Nesse contexto, a idéia do “esvaziamento” refere-se essencialmente à participação de integrantes do “movimento” em cargos da administração municipal. Prevalece nesse momento a percepção de que a ida para a administração foi prejudicial ao “movimento” uma vez que o recrutamento das pessoas não resultava de consulta ou indicação das entidades representativas das associações, mas de convites pessoais. Uma vez nos cargos, as pessoas acabavam sentindo-se mais obrigadas em relação à administração do que ao “movimento”, o que era expresso de forma pejorativa através da idéia de “cooptação”.

O deslocamento de membros das associações e do COMAM para os cargos administrativos era uma face da relação do “movimento” com o poder público municipal. Cabe ressaltar o fato de que a administração municipal constituiu-se sempre numa referência central para as associações no que diz respeito à resolução dos problemas incluídos em sua agenda de ações. Desse modo, os problemas eram concebidos como sendo da alçada do poder público. O esforço dos representantes das associações foi, portanto, para que suas demandas fossem transformadas em questões de ordem pública. No entanto, o modo como as demandas deveriam ser encaminhadas e a compreensão sobre a dinâmica da administração municipal modificaram-se tanto pelo conhecimento acumulado a partir das interações com a prefeitura quanto pelo acesso às novas propostas em circulação (como a idéia de “participação popular na gestão pública”) sobre a relação entre o poder público e os movimentos sociais.

Como indicado acima, as acusações de “cooptação” surgiram num contexto de permeabilidade – em função de vínculos partidários, convergência de propostas etc. – entre membros da administração e do “movimento”. As avaliações efetuadas nos primeiros encontros sobre a atuação da prefeitura, apontam, no entanto, para questões distintas. Segundo a percepção dos representantes das associações, o “movimento” não conheceria os programas realizados pelo governo; a prefeitura obedecia suas prioridades em detrimento das demandas encaminhadas pelas associações; outro critério de seleção de demandas foi o fato de elas serem apresentadas por “pessoas influentes”; eram priorizadas também as localidades nas quais a prefeitura tinha “interesse político”. E no que diz respeito à relação com o “movimento”, a percepção, apresentada no II Encontro é a de que a prefeitura não tem interesse em fortalecer as associações, procurando “desestabilizar o movimento” e controlá-lo a partir da “manipulação político-partidária”. Com base em percepções como essas foram discutidas as formas de atuação.

Já no I Encontro das Associações foram feitas críticas às estratégias utilizadas pelas associações. O predomínio da prática reivindicativa passou a ser avaliada como limitada. As críticas a tais práticas permaneceram e se intensificaram nos anos seguintes, à medida que novas visões sobre a relação com o poder público se estabeleceram. Como alternativa, no I Encontro, foi defendida a idéia de que se devia “conquistar espaço para a participação na discussão e elaboração do plano de governo”. As propostas tornaram-se mais específicas, mas, de modo geral, pretendiam assegurar um maior envolvimento das associações nas decisões do governo. Na carta elaborada em 1986 para os candidatos a prefeito, intitulada Carta Compromisso, esta idéia é expressa na reivindicação de um “canal de participação do movimento na discussão do orçamento, na escolha das prioridades e no planejamento de obras”. Durante o II Congresso foi aprovada a proposta de que, além de ocupar os espaços “institucionais”, o “movimento” deveria se empenhar na elaboração de programas e propostas alternativas àquelas encaminhadas pelo poder público. E, de fato, o “movimento” não só elaborou propostas que foram assumidas pela administração, como, com a formação dos conselhos municipais, encontrou um espaço para a intervenção nas decisões públicas. Mas em poucos anos a empolgação com a participação nos conselhos municipais deu lugar ao que ficou conhecido como “crise dos conselhos”. A permanência ou não dos representantes do COMAM nos conselhos em virtude de avaliações contrárias sobre sua eficácia como instrumento de defesa dos interesses do “movimento” foi objeto de discussão no IV Congresso (1992) e tema de reuniões específicas, que deliberaram pela permanência nesses espaços. Como demonstram os pontos das trajetórias selecionados a seguir, a participação na construção do “movimento” e a ocupação dos espaços institucionais – na administração, no legislativo, nos conselhos – foram fundamentais no que diz respeito às possibilidades que se apresentaram para as pessoas consideradas a seguir.

○ “MOVIMENTO” E SEUS SIGNIFICADOS PARA AS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS

Ao se deslocar o olhar das estratégias e recursos acionados coletivamente na construção do “movimento” para a participação individual de alguns de seus integrantes pode-se ter uma idéia mais precisa sobre os significados que este teve para suas trajetórias individuais. O foco nessas trajetórias é também uma maneira de traçar a trama das experiências acumuladas e dos laços mobilizados no processo de formação do “movimento” como espaço coletivo. Como busco demonstrar a seguir a

partir de três casos, o modo e o momento de ingresso no "movimento", o sentido atribuído a essa participação, as inserções institucionais e vínculos partidários são múltiplos. Como diversos também são os destinos dessas pessoas que estiveram, em algum ponto de suas trajetórias, referidas a esse espaço comum. Este, no entanto, também se modifica ao longo do tempo no que concerne, por exemplo, aos seus propósitos, relação com o governo e inserção política no município. O ponto em comum entre as três trajetórias consideradas é o fato de terem, em ocasiões diferentes, integrado a diretoria do COMAM, desempenhado funções políticas e disputado cargos eletivos. Esses, certamente, não são elementos comuns ao conjunto dos dirigentes⁹ e outros exemplos poderiam enriquecer e complexificar o quadro delineado abaixo.

Em 2002, entrevistei N. S. em sua casa localizada em uma importante rua do bairro em que outrora, fora a Fazenda Japuiba. Com 54 anos e aposentado, a conversa foi agendada com tranquilidade. Desde o primeiro momento mostrou interesse na entrevista e informou-me que estava escrevendo um livro sobre sua vida. Membro de uma família da qual fazem parte duas irmãs e três irmãos, N. S. estudou até os 13 anos, quando concluiu o 1º grau e começou a trabalhar. Realizou cursos técnicos (na Verolme) e particulares. Iniciou sua atividade profissional em uma oficina mecânica e em seguida, num armazém comercial. Após um período no estaleiro Verolme, adquiriu um caminhão e passou a fazer transporte de café e areia, atividade na qual se aposentou. Casado, é pai de um casal de filhos e tem uma neta de quatro anos. No momento da vida política devido às decepções acumuladas e ao tempo que exige. Mas sua relação com a política resume-se na seguinte fala: "Política é uma coisa que está no sangue da gente. Eu gosto de política, mas com responsabilidade. Tanto na área sindical, trabalhista, como partidária. Porque todas desembocam na partidária que vai fazer aquilo que é o anseio de todos nós. Mas sou contra qualquer tipo de radicalismo e qualquer extremismo". A visão da política como parte de sua natureza ao mesmo tempo que faz desaparecer o processo de socialização política chama a atenção para a dedicação contínua à mesma.

Conforme mencionado acima, o engajamento político de N. S. está diretamente ligado ao surgimento do bairro da Japuiba e à organização do movimento de bairro no município. O conflito em torno da permanência dos moradores na área da Fazenda e as primeiras medidas visando sua organização coincidem com a inserção de N.S na CPT, da qual torna-se coordenador no município, e o estabelecimento de contatos com enti-

dades como a FASE, AJUP e FAMERJ, que, como visto, acompanham o "movimento" durante um longo período. A inserção na CPT no primeiro momento é importante tanto pelo fato de a Igreja católica servir como um canal de divulgação dos acontecimentos nas áreas de conflito, quanto pelo quadro de interpretação e ação colocado à disposição. Destaca-se, aqui, a importância que as formulações em torno da organização popular e do direito passam a ter na condução da "luta". É a idéia do direito que, por exemplo, foi mencionada na primeira grande reunião na Fazenda Japuiba promovida pela CPT e Comissão de Moradores para discutir a permanência ou a saída da área. N. S., foi o último a discursar.

Dissemos o seguinte: "Você não assina nenhum documento, para nenhum advogado, pode ser teu amigo' [...] Não faz isso, não sai sozinho, não dê o nome de seu vizinho". [...] Essa também foi a orientação dos advogados da CPT. [...] Eu perguntei: "Temos ou não temos direito, o que vocês acham? Quem acha que tem direito levante a mão". Todo mundo levantou a mão.

Com a fundação da AMJA (1981), N. S. torna-se seu primeiro presidente. Nessa condição, participa, na UERJ, de um curso de extensão intitulado "Democracia, participação política e direitos sociais". No período de 1984-1986, assume a função de primeiro coordenador do COMAM. Retorna à diretoria como membro do Conselho Fiscal (1988-1990). Em 1990, N. S. aparece no comando de uma nova experiência no município, o chamado "Conselhão". O "Conselhão" foi composto exclusivamente por representantes das associações de bairro da grande Japuiba. Apoiado pela primeira administração petista, o Conselho ficou responsável por gerenciar toda intervenção pública no bairro. Tornou-se para o COMAM, durante um momento, o modelo de intervenção popular a ser implementado no município. Em suas intervenções N. S. manifesta-se recorrentemente pela autonomia e não subordinação do "movimento" ao governo e às disputas partidárias, presentes nas associações de moradores e no COMAM ("*Esse sempre foi o nosso entendimento e sempre será. O governo jamais pode carregar as pessoas, o movimento popular a reboque*"). Convidado para ocupar cargos administrativos e disputar eletivos, só veio a fazê-lo em 1996. Filiou-se, então, ao PL e concorreu às eleições majoritárias na condição de candidato a vice-prefeito. Sua chapa ficou em 2º lugar. Em 2001, N. S. volta a ocupar uma função relacionada ao seu bairro de origem. Foi indicado pelo novo prefeito e aceitou o cargo de Administrador Regional da Japuiba. Alegando falta de condições para trabalhar deixou o cargo após nove meses.

diante das indagações, levando a que se assuma a defesa do governo. A distância se reproduz também no que concerne à vereança. Não há uma articulação entre o mandato e o movimento, o que resulta, em parte, do fato de os vereadores ligados ao “movimento” não considerarem que sejam eleitos por ele (“Na verdade nós não fomos eleitos pelo movimento”). O que não deixa de fazer sentido uma vez que não há candidatos que sejam apresentados como do “movimento”.¹⁰ Ademais, vereadores e presidentes das associações passam a se ver como concorrentes.

As pessoas acham que movimento é um trampolim. Quando na verdade ele não é um trampolim. Quase todos os presidentes de associações de moradores que se candidataram perderam. [...] E aí você representa uma ameaça. [...] Aquelas que têm interesse político, você tem a barreira na hora. Aí você tem que trabalhar com a comunidade mesmo.

Apesar das tensões, a trajetória de M. C. A. representa um caso bem-sucedido de investimento na militância comunitária, partidária e a ascensão a postos administrativos e eletivos.

A última entrevista com D. R. C. foi realizada em uma sala da Secretaria Municipal de Saúde. Eu já o havia entrevistado há cerca de um ano. Em 2002, casado, completava 51 anos. Exercia o cargo de Gerente de Ação Primária na Secretaria. Nascido no interior do estado de São Paulo trabalhou como metalúrgico em São Bernardo do Campo. Aí participou do movimento sindical no período em que este era dirigido por Lula. Foi na condição de empregado de uma empresa metalúrgica que prestava serviços em diferentes regiões do país que, em 1978, conheceu Angra dos Reis. Na ocasião, foi designado para trabalhar na Usina de Angra II e no Estaleiro Verolme. Quando decidiu morar em Angra, opta por morar em um bairro próximo ao Estaleiro, onde reside hoje. O bairro foi palco de conflitos pela regularização da terra nos anos 1980 e foi nessa época (1983) que o presidente do sindicato de metalúrgicos de Angra fundou sua associação de moradores, iniciativa da qual D. R. C. não participou. Sua aproximação com o movimento de bairros ocorreu simultaneamente à inserção em outros espaços. Sua trajetória evidencia possibilidades abertas aos militantes populares pelos novos espaços de intervenção na gestão pública, especificamente os conselhos municipais. Com a Promulgação da Constituição de 1988 e a ascensão do PT ao executivo municipal, apoiada na proposta de abrir canais de participação popular na administração municipal, foram criados vários conselhos municipais.

D. R. C. indica 1991 como o marco de sua aproximação do movimento popular em Angra dos Reis. Dois acontecimentos são por ele destacados:

a promulgação do Plano Diretor do Município, cuja elaboração, uma das primeiras medidas do primeiro governo petista, partido ao qual é filiado, conta com uma ampla participação da população e a 1ª Conferência de Saúde do Município. Ele participa dos dois eventos de modo “voluntário”, mas, nesse mesmo ano, elege-se presidente da associação de moradores de seu bairro (1991-1993). Como membro do Terceiro Distrito Sanitário foi indicado representante no Conselho Municipal de Saúde. Iniciou-se aí um longo período de permanência no Conselho, cuja presidência foi deixada em 2002 para assumir a função na Secretaria de Saúde. Participou do COMAM inicialmente como “colaborador” (1990-1994). A partir daí exerceu funções em três diretorias: Vice-presidente (1994-1996), Membro do Conselho Fiscal (1996-1998) e Coordenador de Finanças (1998-2000). Como membro do COMAM foi indicado para integrar o Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, Conselho de Orçamento e Conselho Gestor da Santa-Casa, único hospital da cidade que foi objeto de uma intervenção da prefeitura municipal em 1994, durante o segundo mandato petista. A criação desse Conselho, que contou com o apoio do Conselho Municipal de Saúde, resultou, segundo D. R. C. de uma proposta do “movimento popular”: “Na época nós do movimento popular exigimos que através desse contrato de co-gestão fosse criado um conselho gestor para discutir as políticas de medicina hospitalar do município”. A participação nesses conselhos gera descontentamentos em relação ao governo petista e este se desfilia em 1994. Este acredita que as expectativas criadas com os espaços de participação da população não foram correspondidas: “Expectativas não atendidas: isso foi o grande erro. Você criar expectativas falsas de realização, as pessoas não verem os seus projetos concluídos. Aí passa a desacreditar não só naquela pessoa, naquele partido ou naquela organização, mas sim em que é possível se organizar para conquistar”. Nessa época, está à frente de uma outra campanha, a de criação de uma funerária municipal. O COMAM elaborou um projeto que foi amplamente discutido, mas que não foi levado adiante pelo Executivo Municipal. D. R. C. atribui à proposta e à condição de candidato a vereador o atentado que sofreu diante de sua casa. Ele não se elege, mas tornou-se assessor de um vereador, eleito pelo PC do B, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos, D. R. C. ainda retornou à associação de moradores para um segundo mandato (1998-2000). Sua trajetória chama a atenção, entre outros aspectos, para a multiplicidade de posições ocupadas nos novos espaços de intervenção do “movimento”, o fato de tais inserções ocorrerem não raramente de modo simultâneo e a especialização que adquiriu a partir de suas intervenções em questões relacionadas à saúde.

NOTAS CONCLUSIVAS

As iniciativas implementadas para a organização de um espaço coletivo voltado para a discussão de questões socialmente definidas como comuns constituem o ponto de partida desta análise. Nesse sentido, a investigação da gênese dessa forma organizativa, das razões que estão em sua origem, das instituições e pessoas mobilizadas, dos modelos de organização adotados, das estratégias utilizadas para a mobilização, dos significados que a passagem por esse espaço coletivo teve para trajetórias individuais foram algumas das dimensões desse processo privilegiadas. No caso em foco, o modelo das associações de moradores é acionado como ponto de partida para essa organização. O exame ainda que parcial dos recursos sociais utilizados para a promoção da mobilização dos moradores e das percepções sobre o poder público é considerado um caminho para explorar o modo como as questões de interesse dos moradores dos bairros populares são introduzidas na agenda pública e os militantes de bairro engajam-se na discussão dessas questões e tornam-se reconhecidos pelo poder público.

Quanto à escolha efetuada inicialmente pelo modelo das associações de moradores, cabe destacar os laços mantidos pelas lideranças do município com redes de contatos e idéias políticas que se estendem para além dos limites do município. Nesse sentido, a situação examinada constitui um caso a partir do qual pode-se apreender como essas redes e a circulação dessas idéias participam do universo local introduzindo, por meio dos espaços coletivos constituídos, novas formas de percepção e intervenção social. Assim, se num primeiro momento os esforços eram dirigidos para a expansão das associações de moradores, nos anos que se seguem, impulsionados pela Constituição de 1988, prevaleceram os conselhos municipais. A história de coexistência dessas duas formas de organização de interesses coletivos e intervenção junto ao poder público inclui momentos de cooperação, concorrência e conflito.

O reconhecimento social do “movimento” como um novo espaço de poder no município traduz-se nas trocas mantidas com o poder público e na atenção que este dispensada às questões de interesse dos moradores dos bairros populares (transporte, saneamento, calçamento, escolas etc.). Mas do ponto de vista de seus integrantes, cabe destacar que as possibilidades abertas não são únicas. Tendo como pano de fundo esse reconhecimento, laços estabelecidos, conhecimentos técnicos adquiridos e experiências acumuladas, dentre outros aspectos, abrem possibilidades para trajetórias individuais distintas. De modo geral, pode-se afirmar que a organização das associações como espaço coletivo proporciona recursos

múltiplos e variáveis ao longo do tempo. Recursos, por sua vez, não são valorizados igualmente por cada um de seus membros, sendo, portanto, apropriados segundo as escolhas individuais.

Como em outras situações descritas pela literatura (conforme, por exemplo, PALMEIRA, 1998) a transição ou articulação entre militância “comunitária” e militância partidária ou o ingresso na administração é foco de tensão. Essa parece ser uma situação paradoxal, pois não satisfatoriamente equacionada pelos militantes, já que, ao mesmo tempo em que os cargos eletivos e administrativos se apresentam como uma possibilidade e um atrativo para os militantes de bairro, o acesso a eles torna-se não raramente objeto de desqualificações e acusações (traição, distanciamento, cooptação etc.)

ABSTRACT

In the 1980's and 1990's, the county of Angra do Reis (RJ) is stage of the emergency of an expressive number of neighbour's associations. Taking this experience as reference, the article analyses how does occur the engagement of popular segments on the discussions and actions concerned with questions perceived as public one's. It seeks to enlighten how the participation in these discussions starts making sense to people involved in it. In other way, how it is developed the relish for politics also as the involvement in questions of common interest, which implies, for example, the apprehension of new thought's categories and interpretative schemes. It attempts to demonstrate, at last, how the insertion in this kind of collective action, owing to social relations and technical and political competences accumulated, opens possibilities for distinct personal trajectories, such as the practice of functions in the legislative and executive powers.

Keywords: neighbourhood's mobilizations; collective action's repertoires; personal trajectories.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

BEZERRA, Marcos O. *Práticas participativas, formas de ação coletiva e trajetórias políticas*. Trabalho apresentado na VI Reunião de Antropologia do Mercosul, 2005.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COLLOVALD, A.; SAWICKI, F. Le populaire et le politique: quelques pistes de recherche en guise d'introduction. *Politix*, [S.l.], n. 13, 1991. .

COMERFORD, John C. *Como uma família*. Rio de Janeiro: NUAP: Relume-Dumará, 2003.

DETIENNE, Marcel (Ed.). *Qui veut prendre la parole?: le genre humain*. Paris: Seuil, 2003.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS: Relume-Dumará, 1995.

MACLET, Olivier. Bairros sem voz. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006.

PALMEIRA, Moacir. Os sindicatos no poder: que poder? In: BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. (Org.) *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume/NUAP/UFC, 1998.

PRADO, Rosane M. A beleza traída: percepção da usina nuclear pela população de Angra dos Reis. *Antropolítica*, Niterói, n. 12-13, 2002.

PUDAL, Bernard. La vocation communiste et ses récits. In: LAGROYE, Jacques (Ed.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

SIMÉANT, Johanna. Un humanitaire "apolitique"? In: LAGROYE, Jacques (Ed.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

NOTAS

¹ A pesquisa integrou o Projeto "Gestão Municipal e Formas de Participação Popular", coordenado por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia. Para uma discussão especificamente sobre a questão da participação popular na administração pública no município consultar Bezerra (2005).

² Para uma discussão sobre a relação entre a política e o popular ver, por exemplo, Collovald; Sawicki (1991).

³ Para a análise de uma situação em que prevalece a opção pela formação de sindicatos ver Comerford (2003). O modelo das invasões, por sua vez, é abordado por Marcelo C. Rosa em artigo neste dossiê.

⁴ Após esse período, o ritmo de filiações perde impulso: entre 1990 e 1992, são registradas nove associações. Este ritmo se manterá até 1998. Já entre 1999 e 2001, filiam-se sete novas associações.

⁵ Trata-se da Federação das Associações de Moradores de Niterói, FAMNIT.

⁶ Consulte-se a esse respeito Prado (2002).

⁷ As discussões nos grupos e os resultados do Encontro são divididos em três itens: 1 – Organização interna das associações de moradores, 2 – Associações de moradores e poder público e 3 – COMAM.

⁸ Entre 1984 e 2001, as oito diretorias do COMAM reúnem 79 dirigentes titulares. Observe, porém, que não raramente alguns integrantes desempenham funções em mais de uma diretoria. Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas com 19 dirigentes.

⁹ Para uma discussão sobre as tensões e tentativas de articulação entre a atuação sindical e a participação em disputas eleitorais ver Palmeira (1998, p. 206-215).

O CASO DO PI NO DISTRITO FEDERAL

Este artigo é baseado em uma longa pesquisa etnográfica e etnográfica. Analisa as transformações recentes de práticas de militância política e poder de representantes de passagem de representantes do Partido dos Trabalhadores no setor municipal (1995-1998) no Distrito Federal (DF). Considera, discursiva e sincronicamente, as práticas políticas de "poder do poder" sobre as socialidades de movimento da militância política em Brasília: o movimento qualitativo do vínculo mediante os rituais de uma prática, modalidades variadas de expressão discursiva da experiência de poder.

Palavras-chave: militância, representação política, partido político, Partido dos Trabalhadores, Distrito Federal.